

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.2.

Resumo dos eventos relevantes ocorridos no terceiro trimestre de 2016:

i) Liquidação da 5ª emissão de debêntures - Concepa

Em 12 de julho de 2016 a Concepa liquidou a totalidade da 5ª emissão de debêntures no valor R\$28.800. O resgate do valor unitário das debêntures (em reais) foi de R\$1,8 por debênture, sendo R\$1,7 correspondentes à amortização do principal, e R\$ 0,1 correspondente aos juros remuneratórios, e prêmio flat por debênture.

ii) Notas promissórias - Concer

Em 14 de julho de 2016 a controlada Concer liquidou a 3ª emissão de notas promissórias e na mesma data realizou a 4ª emissão de notas promissórias no valor de R\$210.000.

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 09 de novembro de 2016.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Controladas

Companhias	30/09/16		31/12/15	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,0	-	100,0	-
Rio Gualba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Gualba")	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	63,8	-	63,8	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,5	-	62,5	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,0	-	100,0	-
Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviária Ltda ("Rio Parnaíba")	-	-	100,0	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (iii)	-	100,0	-	100,0
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (iv)	-	100,0	-	100,0
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (i)	52,5	-	52,5	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	100,0	-	100,0	-
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro")	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (iii)	100,0	-	100,0	-
Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla") (v)	-	-	100,0	-
Maestra Serviços de Engenharia S.A. ("Maestra")	100,0	-	100,0	-
NTL - Navegação e Logística S.A. ("NTL")	100,0	-	100,0	-
Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. ("Vessel") (ii)	100,0	-	100,0	-
Maestra Shipping LLP ("LLP") (ii)	-	100,0	-	100,0
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,0	-	64,0	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,0	-	100,0	-
Venus Participações e Investimentos S.A. ("Venus")	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,0	-	100,0	-

- (i) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada não possui movimentação financeira.
- (ii) A Vessel detém 100,0% de participação na LLP.
- (iii) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.
- (iv) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.
- (v) Em julho de 2016 foi realizado o encerramento do FIP Constantinopla.

Controladas em conjunto

Companhias	30/09/16		31/12/15	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes ("Portonave") (i)	33,3	16,7	33,3	16,7
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (i)	-	50,0	-	50,0
Teconnave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconnave") (i)	-	50,0	-	50,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (ii)	-	15,8	-	15,8
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (ii)	-	15,8	-	15,8
Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA") (v)	48,1	-	45,0	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (iii)	-	24,5	-	22,9
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (iii)	-	24,5	-	22,9
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (iv)	-	50,1	-	50,1
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (iv)	-	50,1	-	50,1
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	50,0	-	50,0	-

- (i) A Portonave detém 100,0% de participação na Iceport e Teconnave.
- (ii) A Vetria detém 100,0% de participação na TPB.
- (iii) A Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
- (iv) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
- (v) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia e investidas.

3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) Concessionárias de rodovias

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado.

Concepa

A Concepa explora 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório - Guaíba, e o entroncamento da BR-116/RS. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a

Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão. Até o momento, não houve manifestação por parte de Poder Concedente no sentido de prorrogar a concessão vigente, devendo portanto ocorrer o encerramento deste contrato em 4 de julho de 2017.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos.

Concebra

A Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra") explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

As controladas Rio Guaíba, Rio Tibagi, Vessel e Maestra prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias às concessionárias de rodovias. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica

Tijoá

A Tijoá tem por objeto específico a geração de energia elétrica através da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos ("UHE Três Irmãos") em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijoá, através da aquisição de 100% das quotas do Fundo de Investimento em Participações Constantinopla ("FIP Constantinopla"), desde agosto de 2014.

iv) *Administração de portos*

Portonave

A Portonave possui o direito de exploração do terminal de uso privado, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina, por 25 anos, contados a partir de 26 de janeiro de 2015, renováveis sucessivamente por mais 25 anos.

O Porto de Navegantes possui três berços de atracação em 900 metros de cais e canal de acesso em adequação para profundidade de menos 14 metros e uma retro área com capacidade estática para 30 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit, unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés). As atividades de operação portuária tiveram início em 21 de outubro de 2007.

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não serão revertidos à União. Adicionalmente, a União poderá optar, quando da extinção do contrato, pela exploração do terminal portuário a partir do momento em que a Portonave for indenizada pelos seus bens e direitos oriundos do referido contrato de adesão.

A Iceport, subsidiária integral da Portonave, administra e opera uma câmara frigorificada para armazenamento de cargas. A câmara possui capacidade para estocar 16 mil posições pallets de carga congelada.

v) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos"), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Viracopos pagará à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da

receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Disponibilidades	629	930	47.324	46.750
Aplicações financeiras	12.165	108.558	13.700	109.656
	12.794	109.488	61.024	156.406

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	30/09/16	31/12/15
Transbrasiliana	8.287	6.929
Econorte	55.127	41.698
	63.414	48.627
Parcela do circulante	63.337	48.559
Parcela do não circulante	77	68

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES.

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures, conforme nota explicativa nº 16. A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	45.701	54.990
Uso da faixa de domínio	-	-	15.607	16.456
Outras contas a receber (i)	4.403	48.335	5.033	53.214
	4.403	48.335	66.341	124.660
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(4.356)	(1.752)
	4.403	48.335	61.985	122.908
Ativo circulante	4.403	48.335	54.983	115.906
Ativo não circulante	-	-	7.002	7.002

(i) Na Controladora, os saldos a receber referem-se ao Contrato de Compra e Venda de Ações dos ativos de energia (Rio Verde, Rio Canoas e TNE), alienados no último trimestre de 2015. O saldo de 31 de dezembro de 2015 (R\$48.335) refere-se a 5% do valor da alienação, recebido integralmente em 24 de fevereiro de 2016. O montante em aberto em 30 de setembro de 2016 (R\$4.403) refere-se a eventos ocorridos no terceiro trimestre de 2016 que configuraram Parcelas Contingentes e Indenizações Especiais que estavam previstas no Contrato de Compra e Venda. O montante foi recebido em 07 de outubro de 2016.

A seguir, o saldo das contas a receber por vencimento:

	30/09/16	31/12/15
A vencer	61.985	122.908
Vencidos há mais de 90 dias	4.356	1.752
	66.341	124.660

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/16	31/12/15
Saldo no início do exercício	(1.752)	(6.190)
Adições	(2.604)	-
Baixas	-	4.438
Saldo no final do período	(4.356)	(1.752)

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

7. Contas a receber – contratos de concessão

	Consolidado	
	30/09/16	31/12/15
Concepa (i)	38.012	279.698
Concer (ii)	-	468.736
	38.012	748.434

(i) Concepa:

A Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

Em 1º de abril de 2016, a Concepa recebeu do Poder Concedente o montante parcial de R\$ 241.686, restando um saldo de R\$ 38.012 a receber. De acordo com o contrato aditivo, caso não ocorra a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

(ii) Concer:

A Concer assinou, em abril de 2014, o 12º termo aditivo que prevê aportes de capital como forma de reequilíbrio do Contrato de Concessão pela realização das obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis e nova praça de pedágio, não contidas no Plano de Exploração da Rodovia (PER).

O montante com vencimento em 31 de dezembro de 2015 não foi recebido até a data de aprovação destas informações trimestrais.

O Poder Concedente tinha o prazo de 90 dias após 31 de dezembro de 2015 para realizar o pagamento dos valores devidos. De acordo com o contrato aditivo, caso não ocorresse a liquidação financeira neste prazo, os saldos restantes a receber seriam automaticamente convertidos em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional ao saldo remanescente.

A Administração da Concer ainda aguarda do poder concedente a formalização do reequilíbrio do contrato através de extensão do prazo da concessão, porém o saldo a receber de R\$ 468.736, antes classificado como ativo financeiro, foi reclassificado para ativo intangível da Concessão, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	268	4.809	1.252	15.286
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	334	447	4.514
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.157	2.007	8.594	14.960
Programa de Integração Social – PIS	-	-	1.735	1.711
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	-	-	7.963	7.876
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	3.693	5.244
Outros	-	-	4.501	2.057
	2.425	7.150	28.185	51.648
Parcela do circulante	2.425	7.150	19.186	48.670
Parcela do não circulante	-	-	8.999	2.978

9. Impostos de renda sobre o lucro

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CLSS são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	30/09/16	31/12/15
<u>Prejuízo Fiscal e base negativa (i)</u>	153.384	131.957
<u>Diferenças Temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	37.257	20.064
Instrumentos financeiros derivativos	9.146	8.319
Provisão para contingências	1.790	505
Amortização de ágio	770	770
Lucros não realizados	7.211	6.014
Outras provisões temporárias	219	615
	56.393	36.287
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	25.729	26.500
	235.506	194.744

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$11.574), Concebra (R\$3.091), Transbrasiliana (R\$18.021), Maestra (R\$4.668), NTL (R\$62.911) e Vessel (R\$53.119).
- (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2016	4.577
2017	22.932
2018	20.668
2019	14.955
A partir de 2020	90.252
	153.384

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/09/16	31/12/15
Reserva de reavaliação	75.652	87.392
Receita de construção – Aditivos	114.536	127.376
Custos financeiros capitalizados	13.628	1.739
Estorno de amortizações – ICPC 01	59.772	64.857
Valor justo de debêntures / Instrumentos Financeiros	1.644	4.787
	265.232	286.151

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/09/16	31/12/15
Triunfo	617.223	571.272
	617.223	571.272

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	Controladora	Investidas Lucro Real	30/09/2016	Eliminações	Consolidado
			Investidas Lucro Presumido		
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(124.399)	(99.451)	47.803	19.309	(156.738)
À alíquota fiscal vigente (34%)	42.296	33.813	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(17.002)	2.146	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.484)	2.484	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(7.185)	(111)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(16)	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(15.625)	(5.773)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	18	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(28.691)	(11.308)	-	(39.999)
IRPJ e CSLL diferidos	-	61.252	-	428	61.680
Total de IRPJ e CSLL	-	32.561	(11.308)		21.681
Alíquota efetiva	0%	33%	24%		

30/09/2015

	Controladora	Investidas Lucro Real	Investidas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	8.019	312.902	69.731	(206.130)	184.522
À alíquota fiscal vigente (34%)	(2.726)	(106.386)	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	63.682	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	(1.475)	1.475	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(2.728)	(1.124)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(59)	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(56.753)	2.187	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	36	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(23.928)	(6.758)	-	(30.686)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(79.945)	-	-	(79.945)
Total de IRPJ e CSLL	-	(103.873)	(6.758)	-	(110.631)
Alíquota efetiva	0%	33%	10%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta, no regime do Lucro Presumido. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

Em maio de 2014, foi aprovada a Lei nº 12.973, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, dentre outras providências. A adoção, obrigatória, ocorreu no exercício de 2015.

10. Transações com partes relacionadas

As concessionárias de rodovias contrataram as controladas Rio Tibagi, Rio Guaíba, Maestra e Vessel para prestar serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho), conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura), ampliação das rodovias e outros serviços de engenharia. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das empresas de serviços, nos montantes de R\$54.288, R\$46.942, R\$22.343 e R\$28.942, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre as companhias consolidadas nas demonstrações financeiras.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Controladora						
	30/09/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Concepa	6	-	-	5.460	-	-
Portonave	4.083	-	-	14.082	-	-
TPI Log	2.041	-	-	7.042	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	17.272	(2.033)	-	16.019	(3.133)
Portonave (v)	-	506	(48)	-	458	(53)
Vessel	-	-	-	-	-	(2.549)
THP	-	-	-	-	-	(3.732)
Concepa (xiii)	-	86.821	(4.653)	-	-	-
Rio Parnaíba (vii)	-	-	(1.758)	-	45.252	(4.729)
Rio Guaíba (xiv)	-	1.144	(38)	-	-	-
Outros:						
Concepa	-	5.760	-	385	-	464
Rio Guaíba	-	5.434	-	-	1.000	-
Portonave	-	12.306	(12.306)	-	97	-
Outros	-	11	-	-	-	-
Total do circulante	6.131	129.254	(20.836)	26.970	62.826	(13.732)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	96.659	-	11.350	49.215	-	63
Vetorial (iii)	395	-	40	351	-	43
Aeroportos Brasil (iv)	-	-	931	13.167	-	907
Vetria Mineração (vi)	9.428	-	1.010	8.314	-	931
BR Vias Holding TBR (viii)	11.808	-	1.130	10.554	-	1.249
Transbrasiliana (ix)	64.476	-	5.166	47.102	-	2.041
Concebra (x)	19.544	-	1.841	5.517	-	208
Concepa (xi)	-	-	23	8.046	-	15
Vessel (xii)	3.329	-	1.204	6.540	-	63
Outros:						
Maestra	1.365	-	298	983	-	924
Econorte	531	-	2.020	839	-	1.952
Rio Tibagi	1.007	-	690	320	-	666
Rio Guaíba	-	-	565	1.449	-	623
Concepa	365	-	3.322	5.886	-	4.115
Concer	4.317	-	9.204	813	-	-
Concebra	6.872	-	3.446	6.274	-	8.363
Transbrasiliana	4.124	-	1.014	2.736	-	975
Juno (xv)	19.464	-	-	-	-	-
TPI Log	9.559	-	-	9.559	-	-
Outros	686	-	670	830	-	2.174
Total do não circulante	253.929	-	43.924	178.495	-	25.312
Total	260.060	129.254	23.088	205.465	62.826	11.580

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, sendo o primeiro contrato atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 2015, ocorreu a liquidação do primeiro contrato de mútuo e em setembro de 2015 foi firmado novo contrato de mútuo, atualizado por 127% da variação do CDI.
- (v) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 2% a.a., que corresponde ao custo de captação da Triunfo.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Parnaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (ix) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Mútuo referente a captações da Concebra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xi) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Mútuo referente a captações da Vessel com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xiv) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaíba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xv) Contas a receber da Juno referente Contrato de Compra e Venda das cotas do FIP Constantinopla.

	Consolidado					
	30/09/2016			31/12/2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Portonave	4.083	-	-	14.082	-	-
TPI Log	2.041	-	-	7.042	-	-
Prestação de serviço:						
CTSA (Concebra) (i)	-	-	-	-	-	-
Compasa (Concer) (i)	-	1.136	-	-	5.940	-
Compasa (Econorte) (i)	-	1.164	-	-	2.054	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	-	-	-	8.107	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	-	5.484	-	-	-	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (vi)	-	506	(48)	-	458	(53)
THP	-	-	-	-	-	(3.732)
Outros:						
Portonave	-	12.306	-	-	105	-
Outros	-	8	-	-	-	-
Total do circulante	6.124	20.604	(48)	21.124	16.664	(3.785)
Mútuos financeiros:						
Vetorial (ii)	395	-	40	351	-	43
Aeroportos Brasil (v)	-	-	931	13.167	-	633
Vetria (vii)	9.428	-	1.010	8.314	-	931
Outros:						
Vetria (iii)	20.297	-	-	20.298	-	-
Outros	1.171	-	-	2.478	-	-
Total do não circulante	31.291	-	1.981	44.608	-	1.607
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (iv)	-	-	11.401	-	-	27.040
Compasa (Concer) (iv)	-	-	1.136	-	-	14.125
Consórcio NSS (Concer) (iv)	-	-	51.857	-	-	127.997
Consórcio TRS (Concepa) (iv)	-	-	-	-	-	7.538
CTSA (Concebra) (iv)	-	-	85.728	-	-	96.896
Total de imobilizado/intangível	-	-	150.122	-	-	273.596
Total	37.415	20.604	152.555	65.732	16.664	271.418

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias e do porto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia por meio de sua controlada TPI Log para a controlada em conjunto Vetria.
- (iv) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (v) Mútuos referentes a captações da Aeroportos Brasil com a Triunfo, sendo o primeiro contrato atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 2015, ocorreu a liquidação do primeiro contrato de mútuo e em setembro de 2015 foi firmado novo contrato de mútuo, atualizado por 127% da variação do CDI.
- (vi) Mútuo referente a captação da Triunfo com a Portonave, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Vetria com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais um spread de 2,0% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.

11. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 30/09/16	Investimentos permanentes em 31/12/15
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	69.649	100,0%	69.649	-	69.649	77.751
Rio Tibagi	14.415	100,0%	14.415	-	14.415	1.102
Concepa	120.587	100,0%	120.587	-	120.587	115.417
Rio Guaíba	2.614	100,0%	2.614	-	2.614	791
Concer (*)	389.902	63,8%	248.602	4.242	252.844	216.555
Rio Bonito	12.058	62,5%	7.536	-	7.536	8.100
Concebra	396.637	100,0%	396.637	-	396.637	402.625
Convale	14.210	100,0%	14.210	(13.850)	360	360
TPI-Log	138.207	100,0%	138.207	-	138.207	140.649
Portonave (*)	693.862	33,3%	231.264	9.451	240.715	253.333
Trevally	1	100,0%	1	-	1	1
Rio Claro	10.725	100,0%	10.725	-	10.725	11.680
FIP – Constantinopla	-	-	-	-	-	9.259
Aeroportos Brasil (*)	629.791	48,1%	303.055	39.275	342.330	337.162
Dable (**)	-	100,0%	-	-	-	23.346
NTL	62.931	100,0%	62.931	-	62.931	60.605
ATTT (*)	131	64,0%	84	49	133	133
Santa Cruz	20.792	100,0%	20.792	-	20.792	20.792
Terlip (*)	2.271	50,0%	1.136	(20)	1.116	14.231
Taboca	4.263	100,0%	4.263	-	4.263	4.263
Tucano	8.877	100,0%	8.877	-	8.877	8.891
Retirinho	2.674	100,0%	2.674	-	2.674	2.673
Guariroba	2.850	100,0%	2.850	-	2.850	2.864
Estrela	2.755	100,0%	2.755	-	2.755	2.754
Rio Dourado	-	100,0%	-	-	-	-
Venus	1	100,0%	1	-	1	1
Mercurio	1	100,0%	1	-	1	1
Minerva	1	100,0%	1	-	1	1
Netuno	1	100,0%	1	-	1	1
Total Investimentos	2.600.206		1.663.868	39.147	1.703.015	1.715.341
Dable (**)	(6.674)	100,0%	(6.674)	-	(6.674)	-
Juno	(3.631)	100,0%	(3.631)	-	(3.631)	-
Rio Parnaíba	-	-	-	-	-	(628)
Rio Paraíba	(311)	100,0%	(311)	-	(311)	(403)
Ecovale (*)	-	52,5%	-	(48)	(48)	(48)
Vessel	(70.904)	100,0%	(70.904)	(846)	(71.750)	(72.104)
Maestra	(117.769)	100,0%	(117.769)	(13.154)	(130.923)	(134.359)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(199.289)		(199.289)	(14.048)	(213.337)	(207.542)
Total Investimentos Líquido	2.400.917		1.464.579	25.099	1.489.678	1.507.799

(*) As controladas apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

(**) A controlada Dable detém 100% de participação nas investidas BRVias Holding e Transbrasiliana.

Investimento	Consolidado – 30/09/2016	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Aeroportos Brasil (*)	342.330	(33.572)
Portonave	354.001	19.322
Tijóá	7.206	4.713
CSE	2.174	216
Terlip	1.116	(267)
Total Investimentos em controladas	706.827	(9.588)
Ecovale (*)	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-
Total Investimentos Líquido	706.779	(9.588)

(*) As controladas em conjunto apresentam no período um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes de capital e na integralização de capital que não são eliminadas nas demonstrações consolidadas.

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/15	Aportes (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Ganho no aumento de participação	Transferências / Baixas	Investimentos permanentes em 30/09/16	Resultado de equivalência patrimonial 30/09/15
Econorte	77.751	-	(6.064)	(2.038)	-	-	69.649	(1.629)
Rio Tibagi	1.102	-	14.228	(915)	-	-	14.415	17.845
Concepa	115.417	-	10.439	(5.269)	-	-	120.587	54.454
Rio Guaíba	791	-	24.378	(22.555)	-	-	2.614	19.914
Concer	216.555	55.885	(18.384)	-	(1.212)	-	252.844	76.755
Rio Bonito	8.100	-	(564)	-	-	-	7.536	14.331
Concebra	402.625	-	(5.988)	-	-	-	396.637	20.968
Rio Parnaíba (iii)	(628)	499	983	-	-	(854)	-	800
Convale	360	513	(513)	-	-	-	360	(138)
Rio Paraíba	(403)	-	92	-	-	-	(311)	-
Ecovale	(48)	-	-	-	-	-	(48)	-
TPI-Log	140.649	87	6.180	(8.709)	-	-	138.207	5.762
Portonave	253.333	-	12.881	(25.499)	-	-	240.715	8.153
Trevally	1	3	(3)	-	-	-	1	-
Rio Claro	11.680	252	(1.207)	-	-	-	10.725	2.304
TNE	-	-	-	-	-	-	-	(8.961)
Rio Canoas	-	-	-	-	-	-	-	(10.374)
Rio Verde	-	-	-	-	-	-	-	8.112
FIP - Constantinopla (i)	9.259	1.887	2.369	-	-	(13.515)	-	6.467
Aeroportos Brasil	337.162	33.862	(33.572)	-	1.910	2.968	342.330	1.564
Vessel (iii)	(72.104)	9.309	(9.809)	-	-	854	(71.750)	(18.708)
Maestra	(134.359)	12.669	(9.233)	-	-	-	(130.923)	4.532
NTL	60.605	5.344	(3.018)	-	-	-	62.931	(10.459)
ATTT	133	-	-	-	-	-	133	-
Juno(ii)	-	-	769	-	-	(4.400)	(3.631)	(6)
Santa Cruz	20.792	15	(15)	-	-	-	20.792	(19)
Terlip	14.231	(12.848)	(267)	-	-	-	1.116	(41)
ACT	-	-	-	-	-	-	-	(1.664)
Taboca	4.263	59	(59)	-	-	-	4.263	(69)
Dable	23.346	3.306	(33.326)	-	-	-	(6.674)	(2.368)
Tucano	8.891	134	(148)	-	-	-	8.877	(23)
Retirinho	2.673	59	(58)	-	-	-	2.674	(25)
Guariroba	2.864	125	(139)	-	-	-	2.850	(85)
Estrela	2.754	39	(38)	-	-	-	2.755	(76)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-	-	-
Venus	1	6	(6)	-	-	-	1	(5)
Mercurio	1	6	(6)	-	-	-	1	(5)
Minerva	1	1	(1)	-	-	-	1	(5)
Netuno	1	6	(6)	-	-	-	1	(1)
Total	1.507.799	111.218	(50.105)	(64.985)	698	(14.947)	1.489.678	187.300

- (i) Em junho de 2016 foi realizada a venda de 100% das cotas do FIP Constantinopla para a controlada Juno. O saldo referente ao contrato de compra e venda está registrado como contas a receber de partes relacionadas, vide nota explicativa nº 10. No mês de julho de 2016 o FIP Constantinopla foi extinto, ficando a controlada Juno com o investimento nas controladas em conjunto Tijóá e CSE.
- (ii) O montante de R\$ 4.400 refere-se a ajustes de exercícios anteriores, reflexo da controlada em conjunto Tijóá, cuja equivalência patrimonial é reconhecida na controlada Juno.
- (iii) Em 17 de maio de 2016 a controlada Rio Parnaíba foi incorporada pela controlada Vessel.

c) Informações sobre os principais grupos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em conjunto em 30 de setembro de 2016

	<u>Portonave</u>	<u>Iceport</u>	<u>Teconnave</u>	<u>Vetria</u>	<u>TPB</u>	<u>Terlip</u>
Caixa e equivalente de caixa	33.966	772	14	2.781	-	52
Demais contas ativo circulante	68.502	4.480	89	103.373	-	9
Ativo não circulante	1.464.897	9.890	-	198.050	70.852	2.366
Total do ativo	1.567.365	15.142	103	304.204	70.852	2.427
Empréstimos e financiamentos - circulante	-	-	-	89.564	-	-
Debêntures - Passivo circulante	91.436	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	46.598	2.643	17	128.285	30	156
Debêntures - não circulante	420.276	-	-	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	315.197	15.098	550	-	-	-
Patrimônio líquido	693.858	(2.599)	(464)	86.355	70.822	2.271
Total do passivo e PL	1.567.365	15.142	103	304.204	70.852	2.427
Receita operacional líquida	303.974	19.330	(2)	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(76.803)	(17.635)	(77)	-	-	-
Depreciação	(81.847)	(16)	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	145.324	1.679	(79)	-	-	-
Despesas operacionais líquidas	(28.335)	(1.195)	(1.058)	(338)	(30)	(208)
Depreciação	(5.940)	-	-	-	-	-
Amortização	(243)	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.074)	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	11.449	(34)	98	9.302	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	121.181	450	(1.039)	8.964	(30)	(208)
Receitas financeiras	4.088	189	6	228	-	13
Despesas financeiras	(67.122)	(26)	(14)	(10.637)	-	(4)
Variação cambial, líquida	1.042	2	-	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(61.992)	165	(8)	(10.409)	-	9
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	59.189	615	(1.047)	(1.445)	(30)	(199)
IR/CSLL						
Correntes	(29.935)	(430)	(17)	-	-	-
Diferidos	9.389	(195)	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	38.643	(10)	(1.064)	(1.445)	(30)	(199)

	<u>Aeroportos Brasil</u>	<u>Aeroportos Brasil – Viracopos (1)</u>	<u>Viracopos Estacionamentos</u>	<u>Tijóá</u>	<u>CSE</u>
Caixa e equivalente de caixa	7	118.530	4.778	16.834	3.187
Demais contas ativo circulante	32	131.817	2.403	23.890	2.077
Ativo não circulante	767.031	7.063.441	393	15.220	917
Total do ativo	767.070	7.313.788	7.574	55.944	6.181
Empréstimos e financiamentos - circulante	22.597	190.005	-	-	-
Demais contas - passivo circulante	6.850	614.716	5.504	27.701	1.841
Empréstimos e financiamentos – não circulante	107.792	1.851.408	-	-	-
Debêntures – não circulante	-	468.369	-	-	-
Demais contas - passivo não circulante	40	2.701.132	1.700	13.859	-
Patrimônio líquido	629.791	1.488.158	370	14.384	4.340
Total do passivo e PL	767.070	7.313.788	7.574	55.944	6.181
Receita operacional líquida	-	543.720	18.368	71.433	7.301
Custo dos serviços prestados	-	(386.733)	(17.323)	(53.411)	(5.839)
Depreciação	-	(623)	(3)	(28)	(271)
Amortização	-	(77.997)	(6)	-	(54)
Lucro bruto	-	78.367	1.036	17.994	1.137
Despesas operacionais líquidas	(390)	(52.143)	-	(2.612)	(722)
Depreciação	-	(267)	-	(83)	-
Amortização	-	(206)	-	(222)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(62.696)	41	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(63.086)	25.792	1.036	15.077	415
Receitas financeiras	35	12.801	69	394	159
Despesas financeiras	(12.283)	(225.007)	(1.043)	(1.090)	(32)
Variação cambial, líquida	-	1.685	-	-	-
Resultado financeiro líquido	(12.248)	(210.521)	(974)	(696)	127
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(75.334)	(184.729)	62	14.381	542
IR/CSLL	-	-	-	(4.975)	(111)
Correntes	-	-	-	-	-
Diferidos	4.297	61.796	(21)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	(71.037)	(122.933)	41	9.406	431

(1) Em 30 de setembro de 2016 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos (ABV) apresentou prejuízo no montante de R\$122.933, capital circulante líquido negativo de R\$554.374 e patrimônio líquido de R\$1.488.158. A insuficiência de capital circulante líquido é principalmente relacionada à outorga a pagar e aos financiamentos obtidos com terceiros. No entanto, a Administração da controlada em conjunto espera alterações significativas no fluxo de caixa operacional devido aos seguintes eventos:

- Em agosto de 2016 passaram a vigorar as novas tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso e permanência do Aeroporto Internacional de Viracopos. Com o reajuste de 7,8873%, a tarifa de embarque doméstico a ser paga pelos passageiros passou de R\$ 25,64 para R\$ 27,67. No embarque internacional, a tarifa passou de R\$ 105,48 para R\$ 109,05. Nas tarifas de armazenagem e capatazia, correspondentes aos tetos tarifários máximos constantes das Tabelas 8, 9, 10 e 12, aplica-se um reajuste de 8,8437%.
- Em 22 de abril de 2015, a ABV protocolou na ANAC o Pedido de Revisão Extraordinária em decorrência da alteração unilateral das tarifas sobre cargas importadas em regime de trânsito aduaneiro ("TECA-TECA"), imposto pela ANAC. Pelo cálculo da ABV, o impacto desta medida desequilibrou o contrato gerando perdas de receita de aproximadamente R\$461.800 ao longo da concessão. Em setembro de 2016, a ANAC prorrogou a resposta do pedido para até 06 de dezembro de 2016.
- Em 17 de outubro de 2016, a ABV solicitou para a Secretaria de Regulação Econômica de Aeroportos - SRA da ANAC a aprovação para o parcelamento da outorga fixa de 2016, utilizando-se o saldo retido na Conta Outorga no valor atual de aproximadamente R\$40.000, mais o abatimento de cerca de R\$80.000 decorrente de reequilíbrio de perda de receita em função da redução da tarifa sobre carga importada desde o início da Concessão até dezembro de 2015. Até a data de emissão dessas Demonstrações Financeiras, não foi obtida resposta final para a solicitação.

A Triunfo possui o compromisso de aporte de capital na controlada em conjunto Aeroportos Brasil no montante de R\$10.963 até dezembro de 2016.

A Companhia não possui passivos contingentes em relação à sua participação em controladas em conjunto e também não é contingencialmente responsável por passivos contingentes dos empreendimentos controlados em conjunto.

d) Informações sobre os saldos de ativo, passivo e resultado das empresas controladas em 30 de setembro de 2016

<u>Controlada</u>	<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado do período</u>
Econorte	75.841	350.743	105.178	251.757	69.649	(6.064)
Rio Tibagi	4.600	19.386	9.541	30	14.415	14.228
Concepa	173.867	109.973	141.618	21.635	120.587	10.439
Rio Guaíba	3.721	6.774	7.837	44	2.614	24.378
Concer	39.704	1.313.945	719.930	243.817	389.902	(28.832)
Rio Bonito	12.897	1.769	2.462	146	12.058	(904)
Convale	50	14.161	1	-	14.210	(513)
Rio Paraíba	-	-	311	-	(311)	92
Concebra	20.050	1.485.698	949.670	159.441	396.637	(5.988)
Dable	1	-	-	6.675	(6.674)	(33.326)
BRVias Holding	1.493	109.921	23.216	61.550	26.648	(34.321)
Transbrasiliana	19.238	570.660	230.931	249.046	109.921	(22.987)
Maestra	21.242	4.872	23.869	120.014	(117.769)	(7.753)
Vessel Log	5.514	93.909	132.552	37.776	(70.904)	(8.965)
NTL	6.903	76.455	7.236	13.191	62.931	(3.018)
TPI - Log	34.480	113.286	9.559	-	138.207	6.180
Santa Cruz	-	20.792	-	-	20.792	(15)
Rio Claro	1.292	9.506	73	-	10.725	(1.207)
Fip	-	-	-	-	-	1.377
Tucano	-	8.892	15	-	8.877	(148)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(58)
Guariroba	-	2.865	15	-	2.850	(139)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(38)
Taboca	-	4.263	-	-	4.263	(59)
Rio Dourado	-	-	-	-	-	-
Juno	1	15.832	19.464	-	(3.631)	769
ATTT	-	131	-	-	131	-
Venus	1	-	-	-	1	(6)
Mercurio	1	-	-	-	1	(6)
Netuno	1	-	-	-	1	(6)
Minerva	1	-	-	-	1	(1)
Trevally	1	-	-	-	1	(3)

As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições específicas estabelecidas entre as partes, similar às condições de mercado.

e) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado

	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	
	<u>30/09/16</u>	<u>31/12/15</u>	<u>30/09/16</u>	<u>30/09/15</u>
Controladora	1.167.659	1.342.144	(124.497)	8.019
Participação de acionistas não controladores	141.578	124.991	(10.788)	54.649
Consolidado	1.309.237	1.467.135	(135.285)	62.668

12. Imobilizado

	Consolidado							
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Imobilizado em Andamento	Veículos	Outros
Custo								
Saldo em 31/12/2015	36.608	10.441	6.502	1.894	4.462	10.871	26.421	930
Construções / Aquisições	-	-	787	118	137	-	1.345	53
Baixas	-	-	-	(16)	(39)	-	(246)	(4)
Transferências	-	10.871	-	-	-	(10.871)	-	-
Saldo em 30/09/2016	36.608	21.312	7.289	1.996	4.560	-	27.520	979
Depreciação								
Saldo em 31/12/2015	-	(4.166)	(3.265)	(1.142)	(3.046)	-	(10.356)	(123)
Depreciação	-	(651)	(579)	(113)	(323)	-	(2.466)	(57)
Baixas	-	-	30	23	30	-	112	-
Saldo em 30/09/2016	-	(4.817)	(3.814)	(1.232)	(3.339)	-	(12.710)	(180)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2015	36.608	6.275	3.237	752	1.416	10.871	16.065	807
Saldo em 30/09/2016	36.608	16.495	3.475	764	1.221	-	14.810	799
Taxas de depreciação média	-	4%	10%	10%	20%	-	20%	10%

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

13. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego e de passageiros/cargas estimadas como base para a amortização.

Controladora									
Ágio na aquisição									
Custo	Econorte (i)	Vessel	Esparta - Rio Guaíba	Concepa (iii)	Portonave (ii)	FIP Constantinopla	Desenvolvimento de projetos (iv)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
Saldo em 31/12/2015	41.476	114	267	4.028	78.448	6.452	22.165	1.254	154.204
Adições	-	-	-	-	-	-	7.028	249	7.277
Transferência (x)	-	-	-	-	-	(6.452)	-	-	(6.452)
Saldo em 30/09/2016	41.476	114	267	4.028	78.448	-	29.193	1.503	155.029
Amortização									
Saldo em 31/12/2015	(27.636)	-	(210)	-	-	-	(509)	(667)	(29.022)
Amortização	(1.765)	-	(29)	(1.908)	-	-	(166)	(159)	(4.027)
Saldo em 30/09/2016	(29.401)	-	(239)	(1.908)	-	-	(675)	(826)	(33.049)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2015	13.840	114	57	4.028	78.448	6.452	21.656	587	125.182
Saldo em 30/09/2016	12.075	114	28	2.120	78.448	-	28.518	677	121.980
Taxas de amortização	0,63%	-	0,95%	-	-	-	-	20%	-

Consolidado								
Custo	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (v)	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (vi)	Ágio na aquisição do FIP	Projetos de atividades portuárias (vii)	Projetos/Estudos de PCHs (viii)	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	154.204	4.579.721	17.738	-	195	9.902	384	4.762.144
Adições	7.277	309.795	-	-	-	-	18	317.090
Transferência (ix) / (x)	(6.452)	468.736	-	6.452	-	-	-	468.736
Baixas	-	(476)	-	-	-	-	(3)	(479)
Saldo em 30/09/2016	155.029	5.357.776	17.738	6.452	195	9.902	399	5.547.491
Amortização								
Saldo em 31/12/2015	(29.022)	(1.568.585)	(619)	-	-	-	(188)	(1.598.414)
Amortização	(4.027)	(194.777)	-	-	-	-	(13)	(199.316)
Amortização - mais valia	-	(34.933)	(499)	-	-	-	-	(34.933)
Baixas	-	129	-	-	-	-	-	129
Saldo em 30/09/2016	(33.049)	(1.798.166)	(1.118)	-	-	-	(201)	(1.832.534)
Valor residual líquido	125.182	3.011.136	17.119	-	195	9.902	196	3.163.730
Saldo em 31/12/2015	121.980	3.011.136	17.119	-	195	9.902	196	3.163.730
Saldo em 30/09/2016	121.980	3.559.610	16.620	6.452	195	9.902	198	3.714.957

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, e foram amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme OCPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-Log pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a TPI-Log reconheceu como ágio o valor referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam à AEL Assessoria e Administração de Empresas, conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009, cujo montante corrigido monetariamente foi de R\$11.969. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (correspondente ao benefício fiscal), foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) As adições referem-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário, geração de energia e aeroportos. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em operação e serão amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações. A amortização alocada em Desenvolvimento de Projetos refere-se aos gastos com estudos desenvolvidos para o Leilão de Aeroportos da ANAC de 2012, que estão sendo amortizados durante o período de concessão do Aeroporto de Viracopos.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (vi) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da BRVias Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (vii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário.
- (viii) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs.
- (ix) R\$ 468.736 referem-se à reclassificação do ativo financeiro para ativo intangível de concessão rodoviária referente ao 12º aditivo da Concer, conforme nota explicativa nº 7.
- (x) R\$ 6.452 referem-se à Transferência do ágio gerado pela aquisição do FIP Constantinopla para a controlada Juno, a qual passou a deter 100% das cotas em maio de 2016.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2016 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

14. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado				
	Econorte	Concebra	Concer	Transbrasiliana	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	25.145	92.399	598	10.372	128.514
Constituição da provisão para manutenção	10.805	24.485	-	3.420	38.710
Efeito do valor presente sobre a constituição	4.005	10.525	-	2.639	17.169
Realização da manutenção	(3.632)	-	-	-	(3.632)
Ajuste a valor presente - realizações	(2.222)	-	-	-	(2.222)
Saldos em 30 de setembro de 2016	34.101	127.409	598	16.431	178.539
Circulante	21.951	-	598	-	22.549
Não circulante	12.150	127.409	-	16.431	155.990

15. Empréstimos e financiamentos

			Consolidado	
Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	30/09/16	31/12/15
Triunfo (controladora):				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	5.956	9.308
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 5%a.a.	12.321	-
Conta garantida - Santander	Não há	130% do CDI	2.233	50.806
Conta garantida - Banco do Brasil	Não há	CDI + 2,3798% a.a.	-	30.299
Cédula de crédito bancário - Bic Banco	Não há	CDI + 4,907% a.a.	37.138	50.469
Cédula de crédito bancário - Credit Suisse	Garantia Fidejussória - THP	CDI + 10,0% a.a.	103.282	90.895
Cédula de crédito bancário - Banco do Brasil	Coobrigações THP	140% do CDI	41.510	20.319
Concepa:				
Cédula de crédito bancário - Banco Votorantim	Ações da Companhia (Triunfo)	CDI + 5,79% a.a.	-	15.224
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo) + cessão de recebíveis	CDI + 5,536% a.a.	33.667	-
Cédula de crédito bancário - Banco BMG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 7,69% a.a.	3.750	-
Conta garantida - Santander	Não há	130% do CDI	26.370	21.139
Cédula de crédito bancário - BBM	Aval da Companhia (Triunfo) e Rio Guaíba + cessão de recebíveis	CDI + 5,75% a.a.	44.727	-
Concer:				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Fiança (Triunfo)	8,0% a.a.	2.255	3.523
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Alienação fiduciária	CDI + 7,4424% a.a.	8.233	-
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária	6% a.a.	2.313	3.005
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 7,50% a.a.	8.071	16.010
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária e Fiança	4% a.a.	1.367	9.512
FINAME - Banco ABC do Brasil	Alienação fiduciária (Triunfo) e Carta fiança	7,5% a.a.	313	627
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 6,5% a.a.	49.243	52.863
Conta Garantida - Banco ABC do Brasil	Não há	CDI + 4,9% a.a.	37.825	39.500
Empréstimo Ponte - BNDES	Aval da Companhia (Triunfo) e Carta fiança	TJLP + 4,25% a.a.	179.681	161.249
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 7,0% a.a.	9.679	12.702
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 8,3% a.a.	10.767	-
Arrendamento Mercantil	Alienação fiduciária dos bens financiados	8,89% a.a.	89	321
Crédito Direto ao Consumidor - Banco Guanabara	Alienação fiduciária e fiança	24,60% a.a.	172	-
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI.	4.200	-
Cédula de crédito bancário - Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3,90% a.a.	-	10.000
Vessel:				
Arrendamento Mercantil – Banco Safra	Alienação fiduciária e aval Triunfo	14,98% a.a.	265	663
FINAME – BNDES	Alienação fiduciária e aval Triunfo	7,5% a.a.	5.151	6.649
Concebra:				
Empréstimo BNDES	Aval da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 2% a.a.	796.417	740.074
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia (Triunfo)	Selic + 5,25% a.a.	30.098	26.115
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	808	1.444
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	-	27
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	63	97
FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária e aval Triunfo	7,2% a.a. a 11,7% a.a.	63	169
CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária	18,02% a.a.	48	84
CDC – Banco Volvo	Aval da Companhia (Triunfo)	14,44% a.a.	16	41
Maestra:				
Cédula de crédito bancário – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 5,8% a.a.	14.608	51.667
Cédula de crédito bancário – Banco Original	Aval da Companhia (Triunfo) e da Rio Guaíba	133% do CDI	2.105	11.587
NTL:				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, Carta fiança e Aval da Companhia (Triunfo)	TJLP +4,16% a.a.	12.645	13.598
Transbrasiliana:				
Finem – BNDES	Direitos Creditórios -Contrato de Concessão e penhor de ações	TJLP + 2,91% a.a.	189.785	199.053
Finame – BNDES	Direitos Creditórios -Contrato de Concessão	TJLP + 2% a.a.	170	871
CCB- Banco ABC	Não há	CDI + 5,8% a.a.	25.119	4.949
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	795	1.006
Arrendamento Mercantil – HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	11,76% a.a.	819	-
Cédula de crédito bancário – BTG Pactual	Ações Tijóá	CDI + 7,0% a.a.	78.861	-
			1.782.998	1.655.865
Parcela do circulante			1.461.478	1.450.756
Parcela do não circulante			321.520	205.109

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76, relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros. Em 30 de setembro de 2016, todas as cláusulas restritivas estão sendo cumpridas pela Companhia e por suas controladas.

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2016 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
A partir de 01/10/2017	7.288	15.142
2018	91.194	130.777
2019	2.198	28.596
Após 2020	5.680	147.005
	106.360	321.520

A Administração da Companhia está trabalhando, sobretudo na Controladora, para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento, por meio de nova captação de recursos.

Adicionalmente, nas controladas Concer e Concebra, devido aos financiamentos do BNDES liberados na modalidade de empréstimos ponte, apresentam elevado grau de endividamento no curto prazo, que será readequado com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo do BNDES.

Para a controlada Concebra, no dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do período de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. Até 30 de setembro de 2016 os recursos ainda não haviam sido liberados.

16. Debêntures

Emissora	Série	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros	30/09/2016	31/12/2015	
Triunfo (i)	3ª Emissão	180	22/06/2011	Junho/2018	180.000	(7.683)	172.089	IPCA + 9,11%	IPCA + 9,82%	61.608	87.059	
Triunfo (ii)	(4ª Emissão - 1ª Série)	8.066	23/10/2012	Outubro/2017	80.660	(4.125)	75.699	CDI + 2,20%	CDI + 3,48%	29.899	24.800	
Triunfo (ii)	(4ª Emissão - 2ª Série)	39.184	23/10/2012	Outubro/2017	391.840	(20.036)	365.916	IPCA + 8,5%	IPCA + 9,64%	271.395	227.663	
Concepa (iii)	5ª Emissão	16.000	10/02/2012	Setembro/2016	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	CDI + 2,85%	-	56.535	
Concepa (iv)	6ª Emissão	210	24/11/2014	Maio/2016	210.000	(2.327)	207.673	CDI + 2,50%	CDI + 3,24%	-	210.987	
Econorte (v)	3ª Emissão	24.600	15/04/2015	Abril/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI + 3,95%	240.185	247.379	
Vessel-log (vi)	1ª Emissão	145.000	21/09/2012	Setembro/2017	145.000	(3.188)	142.568	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,19%	75.155	84.137	
Concer (vii)	1ª Emissão	200	12/07/2013	Junho /2018	200.000	(8.750)	194.311	CDI + 3,85%	CDI + 4,82%	178.101	199.200	
BRVias Holding TBR (viii)	1ª Emissão	44.000	22/12/2010	Dezembro/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	IGPM + 12%	71.243	61.253	
Transbrasiliana (ix)	7ª Emissão	68.000	31/07/2014	Dezembro/2015	68.000	-	68.000	102% do CDI	102% do CDI	-	70.063	
					1.725.500	(56.864)	1.666.221			927.586	1.269.076	
										Circulante	458.624	679.381
										Não circulante	468.962	589.695

- (i) Debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$1.506 e R\$2.432 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente. Os juros estão sendo pagos anualmente desde junho de 2012. Em junho de 2015, a Triunfo iniciou as amortizações que estão sendo realizadas anualmente.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia real adicional em até duas séries. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$5.059 e R\$14.265 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente. Os juros são pagos semestralmente desde abril de 2013 e a amortização do principal será realizada em 3 parcelas anuais, sendo que a primeira já ocorreu em outubro de 2015.
- (iii) Debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, liquidadas em julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 os gastos eram apresentados como redutores do saldo devedor e representava o montante de R\$650.
- (iv) Debêntures nominativas, escriturais e não conversíveis em ações, liquidadas em abril de 2016. Em 31 de dezembro de 2015 os gastos eram apresentados como redutores do saldo devedor e representava o montante R\$685.
- (v) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória, aprovadas pela CVM em 9 de abril de 2015. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 25c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas Demonstrações Financeiras foi aplicado Hedge Accounting, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representa o montante de R\$5.160, e o ajuste a valor justo, também apresentado como redutor do saldo devedor, representa o montante de R\$(970) em 30 de setembro de 2016.
- (vi) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Os gastos de emissão, líquidos do ágio na colocação, são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$2.205 e R\$680 em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respectivamente. Os índices financeiros da cláusula de vencimento antecipado da escritura de debêntures da Vessel estão atrelados aos índices da controladora TPI.
- (vii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$4.277 e R\$2.906 em 30 de setembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, respectivamente.
- (viii) Debêntures simples, não conversíveis em ações.
- (ix) Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária.

Em 30 de setembro de 2016 todas as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de setembro de 2016, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	141.048	175.031
2018	30.775	159.119
2019	-	79.796
2020	-	49.223
2021	-	5.793
	171.823	468.962

17. Notas Promissórias

Emissora	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	30/09/2016	31/12/2015
Concer (i)	18/01/2016	Outubro/2016	210.000	CDI + 2,00%	234.362	214.063
					234.362	214.063

- (i) Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040.

18. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	31/12/15	30/09/16	31/12/15
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-	6.558	5.603
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	-	15.296	15.570
Imposto de Renda Retido na Fonte	514	268	4.238	3.004
Cofins	140	599	29.883	19.220
PIS	23	113	5.409	4.901
INSS	-	-	6.007	5.593
Imposto Sobre Serviços	1	21	31.160	27.858
Imposto sobre Operações Financeiras	222	356	5.699	5.303
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	63	178	1.699	3.407
ICMS	-	-	9.216	11.648
Outros impostos e contribuições	-	-	4.162	1.812
	963	1.535	119.327	103.919
Parcela do circulante	963	1.535	96.835	89.817
Parcela do não circulante	-	-	22.492	14.102

19. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				
	31/12/15	Adições	Reversões	Pagamentos	30/09/16
Processos cíveis	1.130	599	(595)	-	1.134
Processos tributários	-	218	-	-	218
Processos trabalhistas	2.413	448	(231)	(1.235)	1.395
Total provisão	3.543	1.265	(826)	(1.235)	2.747

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

A Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$117.239 e R\$25.485 em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de setembro de 2016 já foram subscritas e integralizadas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, com prazo de 365 dias, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto atual das ações da Companhia no Mercado. Em 22 de março de 2016, foi aprovado novo programa de recompra de ações, com prazo máximo de 18 meses.

Poderão ser adquiridas até 7.000.000 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80.

Até 30 de setembro de 2016 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A controlada Portonave efetuou ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. O valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e são realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	30/09/2016	30/09/2015
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(124.497)	8.019
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.703.300	176.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	2.000.000	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	(2.000.000)	(1.999.992)
Resultado por ação – básico	(0,71672)	0,04556
Resultado por ação – diluído	(0,71672)	0,04556

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 30 de setembro de 2016, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período. As despesas referentes as opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	30/09/16	30/09/15
Lucro (Prejuízo) líquido	(124.497)	8.019
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	13.651	11.179
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	19.225	21.513
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	(91.621)	40.711
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	(401)
Saldo à disposição dos acionistas	(91.621)	40.310

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

21. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/09/2016	30/09/2015
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	939.494	695.467
Operação de energia	-	10.524
Construção de ativos das concessões de rodovia	275.552	1.289.133
Outros	11.417	11.752
	1.226.463	2.006.876
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(83.766)	(76.147)
	1.142.697	1.930.729

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

Diferente disso, nos aditivos contratuais das empresas Concer e Concepa, está previsto remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção. Com base neste cenário, foram determinadas as margens com relação às receitas de construção dos aditivos contratuais.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

22. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total Importância segurada (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	84.354	3.000	-	100.122	-	197.476
Concer	17.310	25.000	13.288	-	17.309	10.000	82.907
Concepa	4.000	138.224	158.794	-	29.349	6.400	336.767
Concebra	10.000	20.000	2.912.398	-	428.550	1.500	3.372.448
Portonave	-	-	-	10.000	-	-	10.000
Aeroportos Brasil - Viracopos	20.000	1.587	21.000	-	392.776	320	435.683
Tijóá	20.000	653.000	-	-	-	-	673.000
Vetria	-	-	-	-	50.414	-	50.414
TPI	-	-	-	40.000	51.703	7.000	98.703
Total R\$	81.310	922.165	3.108.480	50.000	1.070.223	25.220	5.257.398
Aeroportos Brasil - Viracopos	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Total US\$	500.000	-	-	-	-	-	500.000

(i) A importância segurada corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

23. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$14.107. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró labore	4.255	3.724	12.077	10.551
Encargos sociais	2.082	1.550	3.891	2.605
Benefícios diretos e indiretos	249	173	701	560
Participações nos resultados	2.756	4.400	3.729	6.082
	9.342	9.847	20.398	19.798

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/16	30/09/15	30/09/16	30/09/15
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	4.311	1.157	9.808	4.776
Instrumentos derivativos	-	-	8.687	-
Juros recebidos	356	789	2.884	4.817
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	22.695	-	1.019	2.462
Outros juros e descontos obtidos	10.275	6.635	2.325	4.306
	37.637	8.581	24.723	16.361
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	(44.851)	(105.518)	(127.579)	(205.227)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(50.064)	(32.513)	(258.682)	(76.221)
Outros juros, multas e atualizações	(7.900)	(13.919)	(38.772)	(28.595)
Instrumentos derivativos	-	-	(11.593)	(3.509)
Valor justo debêntures	-	-	(3.245)	(60.551)
Impostos sobre operações financeiras	(2.883)	(6.809)	(4.495)	(8.173)
	(105.698)	(158.759)	(444.366)	(382.276)
 Variação Cambial Líquida	 -	 -	 -	 (793)
Resultado financeiro	(68.061)	(150.178)	(419.643)	(366.708)

25. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas	63.414	48.627	63.414	48.627
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.834	11.805	4.834	11.805
Total	68.248	60.432	68.248	60.432
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.782.998	1.655.865	1.782.998	1.655.865
Debêntures e prêmio de não conversão	927.586	1.269.076	927.586	1.269.076
Notas Promissórias	234.362	214.063	234.362	214.063
Dividendos	41.543	1.543	41.543	1.543
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.930	24.469	25.930	24.469
Total	3.012.419	3.165.016	3.012.419	3.165.016

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A parcela das debêntures teve o seu valor contábil igual ao valor justo apurado. Para fins de hedge accounting, a debênture, que é objeto de hedge, é mensurada a valor justo.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	30 de setembro de 2016		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo			
Debênture	-	240.185	-
Derivativo (swap)	-	21.096	-
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Debênture		240.185	
Derivativo (swap)	-	21.096	-

c) Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de riscos da Companhia tem como objetivo atrelar os mesmos indexadores tanto à atualização dos saldos de seus ativos quanto aos saldos de seus passivos. Nesse sentido, indexadores diferentes de índices de inflação (IPCA, por exemplo) para atualização de saldos passivos são considerados risco para a Companhia, pois seus ativos são remunerados por índices de inflação.

Em 30 de setembro de 2016, a controlada Econorte mantinha um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger a remuneração de juros de CDI + 1,90% a.a. referente à 3ª Emissão de Debêntures da Econorte. O contrato de swap prevê que a Econorte transfira o risco de CDI + 1,90% a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10% a.a.

O valor nominal contratado foi de R\$ 246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de Abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

A Econorte implementou a contabilização de Hedge de valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de

derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Os efeitos da mensuração a valor justo do swap e da debênture estão representados no quadro abaixo. A ineficácia reconhecida apurada na data base da apresentação das demonstrações financeiras foi insignificante.

A Econorte mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Ganho/Perda instrumentos derivativos	(22.178)	(10.585)
Marcação a mercado derivativos	1.082	(2.079)
Total instrumentos financeiros derivativos	(21.096)	(12.664)
Ativo Circulante	4.834	11.805
Passivo Não circulante	(25.930)	(24.469)

Ajuste a valor justo debêntures

	30/09/2016	31/12/2015
Ajuste valor justo das debêntures	(969)	2.276
Total ajuste valor justo debêntures	(969)	2.276
Passivo Circulante	(21.200)	(25.383)
Passivo Não circulante	20.231	27.659

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

Prazo	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Valor	3.952	(442)	(5.666)	(11.882)	(7.058)	(21.096)

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 13,50% para o ano de 2016 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2016, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	13,75%	10,31%	6,88%
Triunfo	CDI	1.673	1.255	836
Concepa	CDI	111	83	55
Econorte	CDI	7.580	5.685	3.790
Concer	CDI	68	51	34
Transbrasiliana	CDI	1.139	855	570
BR Vias Holding TBR	CDI	32	24	16
R\$77.114 (*)		10.603	7.953	5.301
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	13,75%	17,19%	20,63%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2016 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de setembro de 2016, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2016, foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2016 e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de setembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
3ª Emissão de Debêntures	IPCA	4.497	5.622	6.746
4ª Emissão de Debêntures	CDI	41.428	51.785	62.142
R\$362.902 (*)		45.925	57.407	68.888
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	13,75%	17,19%	20,63%
Taxa/índice sujeitos às variações (***)	IPCA	7,30%	9,13%	10,95%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2016

(**) Fonte: BACEN

(**) Fonte: Relatório Santander

Triunfo (Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Empréstimos BNDES – Concebra	TJLP	59.731	74.664	89.597
Cédula de crédito bancário BDMG - Concebra	CDI	4.138	5.173	6.208
Cédula de crédito bancário Original - Concepa	CDI	4.629	5.787	6.944
Cédula de crédito bancário Banco BMG - Concepa	CDI	516	645	773
Cédula de crédito bancário Santander - Concepa	CDI	3.626	4.532	5.439
Cédula de crédito bancário BBM - Concepa	CDI	6.150	7.687	9.225
Conta garantida Banco Santander - Triunfo	CDI	307	384	461
Finep BNDES - Triunfo	TJLP	924	1.155	1.386
Conta garantida Bic Banco - Triunfo	CDI	5.106	6.383	7.660
Cédula de crédito bancário Credit Suisse - Triunfo	CDI	14.201	17.752	21.302
Cédula de crédito bancário Banco do Brasil - Triunfo	CDI	5.708	7.135	8.561
Cédula de crédito bancário Banco Guanabara - Concer	CDI	1.132	1.415	1.698
Conta garantida Banco ABC do Brasil - Concer	CDI	5.201	6.501	7.801
CCB Banco Pine - Concer	CDI	6.771	8.464	10.156
CCB Banco Pan - Concer	CDI	1.110	1.387	1.665
Notas promissórias - Concer	CDI	32.225	40.281	48.337
Conta Garantida Banco Credito Varejo - Concer	CDI	1.331	1.664	1.996
Empréstimo Ponte BNDES -Concer	TJLP	13.476	16.845	20.214
Cédula de crédito bancário Banco Fibra - Concer	CDI	1.480	1.851	2.221
CCB Banco ABC - Maestra	CDI	2.009	2.511	3.013
CCB Banco Original - Maestra	CDI	289	362	434
Financiamento de Imobilizado BNDES - NTL	TJLP	948	1.185	1.423
Finem BNDES - Transbrasiliana	TJLP	14.234	17.792	21.351
Finame BNDES - Transbrasiliana	TJLP	13	16	19
Nota de crédito Banco ABC - Transbrasiliana	CDI	3.454	4.317	5.181
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual - Transbrasiliana	CDI	10.843	13.554	16.265
Cédula de crédito bancário - Banco Santander - Econorte	CDI	578	722	866
R\$1.996.867 (**)		200.130	250.164	300.196
Debêntures-Triunfo (Controladora)	IPCA	4.497	5.622	6.746
Debêntures-Triunfo (Controladora)	CDI	41.428	51.785	62.142
Debêntures - Econorte	CDI	33.025	41.282	49.538
Debêntures - Concer	CDI	24.489	30.611	36.733
Debêntures - Vessel-log	IPCA	5.486	6.858	8.229
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	5.400	6.750	8.100
R\$927.586 (**)		114.325	142.908	171.488
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	13,75%	17,19%	20,63%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	7,58%	9,48%	11,37%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	IPCA	7,30%	9,13%	10,95%

(*) Saldos em 30 de setembro de 2016

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. A controlada Portonave possui um baixo histórico de inadimplência de seus clientes, representados por grandes armadores internacionais.

c) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

e) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

As atividades do segmento de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

f) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	202.440	252.096	1.782.998	1.655.865
Debêntures (Nota 16)	362.902	339.522	927.586	1.269.076
Notas promissórias (Nota 17)	-	-	234.362	214.063
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(12.794)	(109.488)	(61.024)	(156.406)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	-	-	(63.414)	(48.627)
Dívida líquida	552.548	482.130	2.820.508	2.933.971
Patrimônio líquido	1.167.659	1.342.144	1.309.237	1.467.135
Total do capital	1.720.207	1.824.274	4.129.745	4.401.106
Índice de alavancagem financeira - %	32,12	26,43	68,30	66,66

26. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasileira, Concebra, Triunfo Convale, Rio Paraíba, Ecovale, Maestra e Vessel;
- Administração de portos: TPI-Log, Trevally, Terlip, Portonave, Teconnave e Iceport;
- Energia: Rio Claro, Tijoá e CSE;
- Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil, Aeroportos Brasil Viracopos e Viracopos Estacionamentos;
- Holding: as operações da Companhia;
- Outros: NTL, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Venus, Netuno, Mercurio, Minerva, Juno e ATTT.

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

	30/09/2016						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.142.697	-	-	-	-	-	1.142.697
Custos dos serviços prestados	(740.841)	-	-	-	-	-	(740.841)
Lucro bruto	401.856	-	-	-	-	-	401.856
Receitas (Despesas) operacionais	(119.524)	6.165	1.933	(464)	(56.338)	29.375	(138.951)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	282.332	6.165	1.933	(464)	(56.338)	29.375	262.828
Resultado financeiro	(351.581)	-	(1)	-	(68.061)	-	(419.643)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(69.249)	6.165	1.932	(464)	(124.399)	29.375	(156.738)
Imposto de renda e contribuição social	21.682	-	(1)	-	-	-	21.681
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(47.567)	6.165	1.931	(464)	(124.399)	29.375	(135.057)
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	(228)	(228)
Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas	(47.567)	6.165	1.931	(464)	(124.399)	29.147	(135.285)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	10.788	10.788
Lucro (prejuízo) líquido do período	(47.567)	6.165	1.931	(464)	(124.399)	39.935	(124.497)
Ativos totais por segmento	4.251.467	168.558	26.631	21.585	2.126.914	(1.458.229)	5.136.828
Passivos totais por segmento	3.378.121	9.559	19.537	30	959.157	(538.813)	3.827.591

	30/09/2015						
	Rodovia	Porto	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Operações em continuidade							
Receita operacional líquida	1.920.937	-	9.792	-	-	-	1.930.729
Custos dos serviços prestados	(1.288.558)	-	(4.956)	-	-	-	(1.293.514)
Lucro bruto	632.379	-	4.836	-	-	-	637.215
Receitas (Despesas) operacionais	(75.404)	5.743	5.067	(300)	158.197	(179.288)	(85.985)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	556.975	5.743	9.903	(300)	158.197	(179.288)	551.230
Resultado financeiro	(216.528)	-	(2)	-	(150.178)	-	(366.708)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	340.447	5.743	9.901	(300)	8.019	(179.288)	184.522
Imposto de renda e contribuição social	(109.501)	-	(1.130)	-	-	-	(110.631)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	230.946	5.743	8.771	(300)	8.019	(179.288)	73.891
Operações mantidas a venda							
Lucro após o imposto do período resultante de participações a comercializar	-	-	-	-	-	(11.223)	(11.223)
Lucro (prejuízo) líquido do período antes da participação de acionistas não controladores	230.946	5.743	8.771	(300)	8.019	(190.511)	62.668
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(54.649)	(54.649)
Lucro (prejuízo) líquido do período	230.946	5.743	8.771	(300)	8.019	(245.160)	8.019
Ativos totais por segmento - 31/12/2015	4.348.907	171.000	21.210	21.585	2.221.498	(1.315.810)	5.468.390
Passivos totais por segmento - 31/12/2015	3.510.393	9.559	271	4	879.354	(431.612)	2.504.269

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

27. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2017	32.369
2018 a 2021	36.006
	<u>68.375</u>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da 23ª revisão do PER, aprovada em agosto de 2016. Tal índice foi de 4,71016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	30/09/16	30/09/15
Receita de construção	83.718	517.739
Custo de construção	(61.353)	(268.755)
	<u>22.365</u>	<u>248.984</u>

b) Concepa

A Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê investimentos anuais remanescentes conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2016	15.000
2017	219
	<u>15.219</u>

A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, os aluguéis mínimos futuros a pagar, em 30 de setembro de 2016 são os seguintes:

Ano	Valor
2016	144
2017	314
	<u>458</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/16	30/09/15
Receita de construção	18.771	195.826
Custo de construção	(18.771)	(130.989)
	<u>-</u>	<u>64.837*</u>

(*) Margem de construção decorrente do contrato de construção do 13º termo aditivo ao contrato de concessão, totalmente reconhecida até 31 de dezembro de 2015.

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o DER/PR, previsto seu término no ano 2021. Conforme o PER, estão previstos investimentos anuais remanescentes de acordo com o cronograma de desembolsos a seguir:

Ano	Valor
2016	14.499
2017	13.349
2018	17.896
2019	14.647
Após 2020	261.944
	<u>322.335</u>

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/16	30/09/15
Receita de construção	20.597	21.713
Custo de construção	(20.597)	(21.713)
	-	-

d) Concebra

A Concebra assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 5 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia - PER, prevê investimentos anuais conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2016	1.426.842
2017	902.381
2018	811.996
2019 até 2044	5.836.047
	8.977.266

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/16	30/09/15
Receita de construção	120.526	510.401
Custo de construção	(117.471)	(497.463)
	3.055	12.938

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2016	12.656
2017	17.015
2018	71.795
2019	8.049
2020	34.163
2021 até 2032	180.972
	324.650

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/09/16	30/09/15
Receita de construção	36.080	43.454
Custo de construção	(36.080)	(43.454)
	-	-

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

28. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de setembro de 2016 totalizaram R\$1.711 (R\$5.598 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$2.035 (R\$ 6.034 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de setembro de 2015 totalizaram R\$1.152 (R\$3.605 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizaram R\$1.387 (R\$ 3.924 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de setembro de 2016 é de 1.192 participantes.

29. Eventos subsequentes

- i) Aeroportos Brasil Viracopos - A controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. ("ABV"), recebeu ofício nº 34(SEI)/2016/ASTEC-ANAC, de 06 de outubro de 2016, encaminhado pela ANAC, a respeito do recurso administrativo interposto pela Concessionária contra a aplicação de multa em razão de pretenso descumprimento, no prazo devido, de obrigações fixadas na concessão referente ao primeiro ciclo de investimentos, encerrado em 11 de maio de 2014. Ao apreciar o pedido, na 21ª Reunião Deliberativa da ANAC, a Diretoria da Agência, por unanimidade, deu provimento ao recurso e anulou a decisão de primeira instância que aplicou multa à concessionária. Portanto, o processo volta à primeira instância para que os vícios constatados no processo sancionador sejam supridos, ou seja, para permitir que a concessionária possa exercer na plenitude o seu direito de defesa.
- ii) Concebra - Em 14 de outubro de 2016 recebeu aprovação formal do BNDES, conforme Decisão de Diretoria 616/2016-BNDES, referente à renovação do vencimento do empréstimo-ponte concedido. O vencimento foi alterado de 15 de outubro de 2016 para 15 de dezembro de 2016.

- iii) Triunfo - Em 07 de outubro de 2016 foi realizada assembleia geral de debenturistas da 4ª Emissão - 1ª e 2ª séries de debêntures da companhia aprovando o resgate antecipado facultativo das debêntures e prorrogando o prazo de vencimento dos juros remuneratórios e da parcela vincenda em 15 de outubro de 2016 para 09 de dezembro de 2016.

Em 27 de outubro de 2016 foi realizada assembleia geral de debenturistas da 3ª Emissão de debêntures da companhia aprovando a alteração da cláusula 6.1 da escritura permitindo o resgate antecipado facultativo das debêntures.